



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 3 A 7 DE MARÇO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 210/XII](#)

Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respectivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas.

Autoria Governo

[Projecto de Lei 528/XII](#)

Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro, com redacção da Lei n.º 89/97, de 30 de Junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, e efectua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro.)

Autoria PSD, CDS-PP

Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de 31 de Dezembro, que "Altera o regime jurídico de protecção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social"

[Projecto de Resolução 979/XII](#)

Autoria PCP

[Projecto de Resolução 980/XII](#)

Autoria BE

[Projecto de Resolução 981/XII](#)

Autoria PEV

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 208/XII](#)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de Abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional

[Decreto da Assembleia 209/XII](#)

Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Portaria n.º 53/2014. D.R. n.º 43, Série I de 2014-03-03](#)

Ministério das Finanças

Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a [Portaria n.º 16/2013](#), de 17 de Janeiro

[Parecer n.º 10/2011-C. D.R. n.º 45, Série II de 2014-03-05](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Atribuição de ajudas de custo a docentes e investigadores aposentados autorizados a exercerem funções públicas não remuneradas

ADOPÇÃO E CO-ADOPÇÃO

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 176/2014. D.R. n.º 44, Série I de 2014-03-04](#)

Tribunal Constitucional

Tem por não verificada a constitucionalidade e a legalidade do referendo proposto na [Resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014](#), de 20 de Janeiro, sobre a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto

AMBIENTE – ÁGUAS E RESÍDUOS

[Lei n.º 10/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Assembleia da República

Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

[Lei n.º 12/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 194/2009](#), de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de facturação e contra-ordenacional

CONCEITO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA 2014-2020

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020

CONCORRÊNCIA

[Portaria n.º 57/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07](#)

Ministérios das Finanças, da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Fixa para os anos de 2013 e 2014 as percentagens que a Autoridade da Concorrência recebe a título de receitas próprias, provenientes de taxas cobradas pelos serviços prestados, de várias entidades reguladoras

DIREITO PÚBLICO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2014. D.R. n.º 45, Série I de 2014-03-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Conselho de Concertação Territorial

ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS

[Portaria n.º 55/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Ministério da Administração Interna

Regulamenta a desmaterialização dos procedimentos inerentes ao policiamento de espectáculos desportivos, definindo os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática de requisição de policiamento de espectáculos desportivos

ENERGIA

[Declaração de Rectificação n.º 15/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 3-A/2014](#), de 7 de Janeiro, dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, incluindo o plano anual de utilização das receitas e o modo de articulação do Fundo Português de Carbono com outros organismos na alocação e utilização dessas receitas, bem como os montantes a deduzir à tarifa de uso global do Sistema Eléctrico Nacional, publicada no Diário da República, n.º 4, Suplemento, 1.ª série, de 7 de Janeiro de 2014

[Decisão n.º 1/2014. D.R. n.º 43, Série II de 2014-03-03](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o «Information Memorandum 2014-2015» relativo aos processos de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação de gás natural entre Portugal e Espanha

[Diretiva n.º 8/2014. D.R. n.º 43, Série II de 2014-03-03](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Mecanismos coordenados de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação

[Regulamento n.º 87/2014. D.R. n.º 43, Série II de 2014-03-03](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento Relativo à Tramitação para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima, nos termos da Lei n.º 9/2013, de 28 de Janeiro

ESTRADA

[Portaria n.º 56/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Ministério da Economia

Altera o Regulamento do Código da Estrada, aprovado pelo [Decreto n.º 39 987](#), de 22 de Dezembro de 1954

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Banco de Portugal antecipa divulgação das estatísticas mensais da dívida pública](#)

[Esclarecimento do Banco de Portugal sobre processo instaurado contra antigos responsáveis do Banco Comercial Português, SA.](#)

[Apresentações da Sessão de esclarecimento sobre EMIR - European Market Infrastructure Regulation](#)

FISCAL

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Despacho n.º 54/2014-XIX, do SEAF, de 27/02 - Prorrogação do prazo para a comunicação, cálculo e reclamação do montante do incentivo fiscal, consagrado no art.º 66.º-B do EBF.](#)

PREVIDENCIAL

[Lei n.º 11/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Assembleia da República

Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à [Lei n.º 60/2005](#), de 29 de Dezembro, à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 503/99](#), de 20 de Novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 498/72](#), de 9 de Dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

[Despacho n.º 3571/2014. D.R. n.º 46, Série II de 2014-03-06](#)

Ministério da Justiça - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Regulamentação dos requisitos formais dos requerimentos e dos documentos de instrução dos pedidos de concessão de direitos de propriedade industrial

SAÚDE

[Declaração de Rectificação n.º 16/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 8/2014](#), de 14 de Janeiro, do Ministério da Saúde, que procede à primeira alteração à [Portaria n.º 615/2010](#), de 3 de agosto, que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das unidades privadas que tenham por objecto a prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia, publicada no Diário da República, n.º 9, 1.ª série, de 14 de Janeiro de 2014

TERCEIRO SECTOR

[Decreto-Lei n.º 33/2014. D.R. n.º 44, Série I de 2014-03-04](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 57/2013](#), de 14 de agosto, procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 64/2007](#), de 14 de Março, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respectivo regime contra-ordenacional

TRABALHO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Adopta medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens

TMT

[Decreto-Lei n.º 35/2014. D.R. n.º 47, Série I de 2014-03-07](#)

Ministério da Economia

Revoga o [Decreto-Lei n.º 31/2003](#), de 17 de Fevereiro, que altera e substitui as bases da concessão do serviço público de telecomunicações

[Decisão relativa à alteração da designação social da TMN](#)

A ANACOM aprovou, por deliberação de 6 de Março de 2014, a alteração do título dos direitos de utilização de frequências (DUF) para serviços de comunicações electrónicas terrestres emitido à então TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, na sequência da mudança da designação social da empresa para MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia (MEO).

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M. D.R. n.º 43, Série I de 2014-03-03](#)

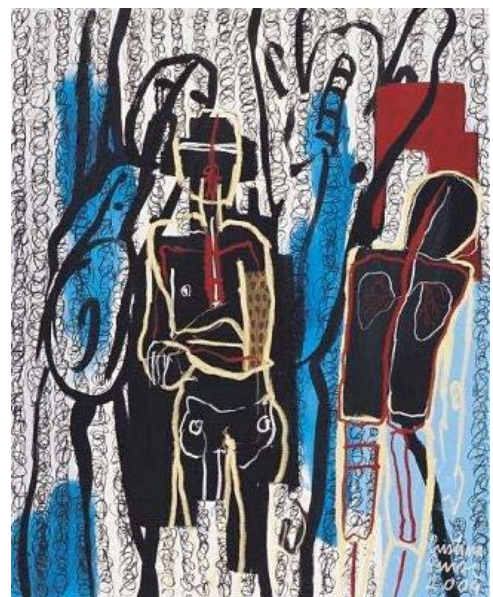
Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Procede à classificação das Zonas de Protecção Especial da Região Autónoma da Madeira

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 96/2014. D.R. n.º 46, Série I de 2014-03-06](#)

Tribunal Constitucional

Não toma conhecimento, por ilegitimidade dos requerentes, do pedido de declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do [Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/M](#); declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do mesmo [Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/M](#) (que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios)



FUNDAÇÃO
PLMJ

Cristine Guise
(detalhe)

Rumo à minha Estrela, 2004
Óleo e pastel de óleo sobre Tela
160 x 130 cm
Obra da Colecção da Fundação PLMJ

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Diretiva 2014/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2014, que [altera as Directivas 92/58/CEE, 92/85/CEE, 94/33/CE e 98/24/CE do Conselho e a Diretiva 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a fim de as adaptar ao Regulamento \(CE\) n.º 1272/2008 relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Acordos Internacionais

Decisão do Conselho, de 2 de Dezembro de 2013, relativa à [celebração do Protocolo que altera o Acordo sobre Contratos Públicos](#)

[Protocolo que altera o Acordo sobre Contratos Públicos](#)

Decisões

Decisão do Banco Central Europeu, de 4 de Fevereiro de 2014, que [identifica as instituições de crédito sujeitas a avaliação completa \(BCE/2014/3\)](#)

Orientações

Orientação do Banco Central Europeu, de 28 de Novembro de 2013, que altera a Orientação BCE/2008/5 relativa à [gestão dos activos de reserva do Banco Central Europeu pelos bancos centrais nacionais e à documentação legal para as operações envolvendo os referidos activos \(BCE/2013/45\)](#)

Pareceres

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a proposta de directiva do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à [troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[UE propõe estratégia comercial responsável para minerais provenientes de zonas de conflito](#)

O pacote de medidas fará com que os grupos armados em zonas de conflito e de alto risco tenham mais dificuldade em financiar as suas actividades através da exploração mineira e do comércio de minerais.

Dia Internacional da Mulher: [Comissão adopta medidas para eliminar a disparidade salarial entre homens e mulheres](#)

PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

FUNDAÇÃO
PLMJ
Luís Espinheira
Diretor
Obra da Coleção
da Fundação PLMJ

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 5 DE MARÇO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Adopção de um conjunto de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens e a eliminação das discriminações salariais com base no sexo.
- Proposta de lei que estabelece o regime fiscal especial para as entidades estrangeiras organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como para os clubes desportivos, respectivos jogadores e equipas técnicas estrangeiras envolvidos, face ao relevante interesse turístico e económico da realização destas partidas em território nacional.
- Alteração dos diplomas relativos ao transporte ferroviário que fizeram a transposição de directivas da União Europeia sobre a segurança dos caminhos-de-ferro e sobre o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários.

(...)

OUTROS DOCUMENTOS

[Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"
The Lawyer European Awards, 2012



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

